

ISSN 1984-5588

**Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão**  
**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

## **Textos Para Discussão FEE**

**Texto n.º 153**

**Trabalhadores de baixos salários: evolução das desigualdades  
de gênero nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de  
São Paulo**

**Raul Luís Assumpção Bastos**  
**Priscila von Dietrich**

**Porto Alegre, abril de 2017**



## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO



DIRETORIA

**Presidente:** José Reovaldo Oltramari  
**Diretor Técnico:** Martinho Roberto Lazzari  
**Diretora Administrativa:** Daniella Baldasso

### CENTROS

**Estudos Econômicos e Sociais:** Vanclei Zanin  
**Pesquisa de Emprego e Desemprego:** Rafael Bassegio Caumo  
**Indicadores Econômicos e Sociais:** Juarez Meneghetti  
**Informática:** Valter Helmuth Goldberg Junior  
**Informação e Comunicação:** Susana Kerschner  
**Recursos:** Graziela Brandini de Castro

## TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

# Trabalhadores de baixos salários: evolução das desigualdades de gênero nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo

Raul Luís Assumpção Bastos\*

Priscila von Dietrich\*\*

Pesquisador em Economia da Fundação de Economia e Estatística (FEE)  
Graduanda em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bolsista da Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)

## Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o segmento de trabalhadores de baixos salários nas Regiões Metropolitanas (RM) de Porto Alegre (RMPA) e de São Paulo (RMSP), no período 1995-2014, dando ênfase especial às desigualdades de gênero. O trabalho adota a definição de emprego de baixos salários da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na qual são assim identificados aqueles que recebem menos de dois terços da mediana dos salários. O estudo evidencia redução da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários no período; maior incidência de baixos salários na RMSP em comparação à RMPA; e mais elevada incidência de baixos salários entre as mulheres em relação aos homens, em ambas as RMs. O artigo problematiza ainda a queda da desigualdade salarial de gênero nos mercados de trabalho metropolitanos que foram objeto de análise.

## Palavra-chave

**Trabalhadores de baixos salários; hiato salarial de gênero; mercados de trabalho metropolitanos**

## Abstract

*This article aims to analyze the segment of low-wage workers in the Metropolitan Areas (RM) of Porto Alegre (RMPA) and São Paulo (RMSP) in the period 1995-2014, with a special emphasis on gender inequalities. The paper adopts the definition of the Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD) of low-wage employment, according to which low-wage workers are defined as those who earn less than two-thirds of the median wage. The study shows a reduction in the relative share of low-wage workers in the period, a higher incidence of low wages in the RMSP compared to the RMPA, and a higher incidence of low-wages among women compared to men in both RMs. The article also problematizes the decline in gender wage inequality in the metropolitan labor markets that were analyzed.*

## Keywords

**Low-wage workers; gender wage gap; metropolitan labor markets**

---

Revisão de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini

\* *E-mail:* bastos@fee.tche.br

\*\* *E-mail:* priscila.dietrich@gmail.com

Os autores agradecem os comentários e as críticas a uma versão preliminar deste artigo de Iracema Castelo Branco, Jorge Augusto Verlindo, Patrícia Klaser Biasoli, Rafael Bassegio Caumo e Virginia Donoso. Agradecem também à Estatística Fernanda Rodrigues Vargas pela elaboração do *script* do Software R utilizado neste estudo. Erros e omissões por acaso remanescentes no trabalho são de inteira responsabilidade dos autores.

# 1 Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o segmento de trabalhadores de baixos salários nas Regiões Metropolitanas (RM) de Porto Alegre (RMPA) e de São Paulo (RMSP), no período 1995-2014, dando ênfase especial às desigualdades de gênero.

O estudo foi motivado, em sua origem, pelo reconhecimento de que o regime de trabalho no Brasil, historicamente, se caracterizou pela capacidade de incorporar trabalhadores de baixos salários em sua estrutura de emprego (BALTAR; PRONI, 1996). Nesse sentido, conhecer tendências e características desse segmento da força de trabalho constitui-se em um tema de interesse permanente nas pesquisas sobre o mercado de trabalho brasileiro, dentre outros motivos, porque está associado, imediatamente, com aspectos relacionados com as desigualdades, no âmbito desse mercado.

Quando se examina a literatura internacional sobre trabalhadores de baixos salários, constata-se, com muita recorrência, que esta adota, em suas análises, comparações entre homens e mulheres (GRAIG *et al.*, 1982; ASPLUNG; PERSSON, 2000; LUCIFORA; SALVERDA, 2009; INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2010; MASON; SALVERDA, 2010; GRIMSHAW, 2011; LEE; SOBECK, 2012). Nesse aspecto, os estudos revelam, como tendência na experiência internacional, que a incidência de empregos de baixos salários é maior entre as mulheres, o que coloca a necessidade de conhecer a formação dessa desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Tendo por referência as motivações esboçadas, este artigo irá analisar o segmento de trabalhadores de baixos salários de acordo com o recorte de sexo na RMPA e na RMSP, no período 1995-2014. O estudo comparativo dessas RMs tornou-se possível pelo fato de o trabalho valer-se da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que é a única pesquisa domiciliar, no Brasil, que dá conta, com a mesma metodologia, de ambas as RMs em todo o período. Assim, puderam-se construir os indicadores de interesse para séries relativamente longas e, com isso, identificar, com maior clareza, a configuração de tendências entre os trabalhadores de baixos salários, nesses dois mercados de trabalho metropolitanos.

Em termos contextuais, o período de cobertura deste estudo envolveu diferentes conjunturas macroeconômicas e situações do mercado de trabalho do País. De forma sucinta, pode-se afirmar que, com a estabilização monetária, em 1994, houve uma fase de melhora do mercado de trabalho, particularmente dos rendimentos reais do trabalho (FLIGENSPAN, 2008). Logo após, ao final dos anos 90, derivado do baixo crescimento econômico combinado com o processo de reestruturação produtiva (COUTINHO; BALTAR; CAMARGO, 1999), ocorreu um período de intensa deterioração do mercado de trabalho (TONI, 2007). De 2000 a 2003, o mercado de trabalho brasileiro não configurou uma tendência clara de seus indicadores. Já no período de 2004 a 2010, em um ambiente de maiores taxas de crescimento econômico — à exceção de 2009, devido aos efeitos da crise econômica internacional —, houve um processo expressivo de geração de empregos com registros formais, de redução do desemprego e de aumento dos rendimentos reais do trabalho. Finalmente, de 2011 a 2014, não obstante a conjuntura de baixas taxas de crescimento econômico, o mercado de trabalho do País continuou a registrar avanços, ainda que esses tenham sido cada vez mais modestos.

Estudo realizado por Fontes, Pero e Berg (2012) evidenciou uma redução da incidência de empregos de baixos salários no Brasil, no período 2002-09. Tal trabalho foi elaborado com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, apresentando indicadores agregados das seis RMs em que essa pesquisa é feita, assim como a incidência total de baixos salários por RM. Para o mercado de trabalho metropolitano brasileiro, esse estudo mostrou que a parcela relativa de empregos de baixos salários era mais elevada entre as mulheres em relação aos homens. Já o trabalho de Bastos (2014) constituiu-se em uma investigação preliminar sobre o segmento de baixos salários na RMPA, no período 1995-2013, tendo utilizado dados da PED-RMPA. Em sua análise da força de trabalho por características sociodemográficas, evidenciou maior probabilidade de empregos de baixos salários entre as mulheres em comparação aos homens.

Este artigo toma como um de seus pontos de partida os trabalhos de Fontes, Pero e Berg (2012) e de Bastos (2014), mas irá se concentrar na análise das desigualdades de gênero, nas RMs de Porto Alegre e de São Paulo, no período 1995-2014. Ou seja, trata-se de utilizar, sistematicamente, indicadores desagregados por sexo a respeito dos trabalhadores de baixos salários, o que permitirá avançar no conhecimento das desigualdades, entre homens e mulheres, nesses dois mercados de trabalho metropolitanos. Reforça-se que o período de cobertura deste artigo é bem mais longo do que o de Fontes, Pero e Berg (2012), o que contribuirá para ampliar o conhecimento da evolução das desigualdades de gênero no âmbito dos mercados de trabalho da RMPA e da RMSP.

De uma forma direta, as perguntas que orientam a elaboração do artigo podem ser assim resumidas: quais as tendências da incidência de empregos de baixos salários de homens e de mulheres na RMPA e na RMSP, no período 1995-2014? Existem diferenças entre as RMs nos níveis de incidência de empregos de baixos salários por sexo? Em caso de uma resposta afirmativa a essa pergunta, que fatores socioeconômicos podem explicá-las? Ocorreu — ou não — redução da desigualdade salarial de gênero nas RMs?

Tendo como referência os aspectos elencados, o artigo encontra-se assim estruturado: após esta **Introdução**, a seção 2 trata das tendências básicas dos trabalhadores de baixos salários segundo o recorte de gênero, na RMPA e na RMSP, no período 1995-2014; com o propósito de avançar no conhecimento do segmento de baixos salários, a 3 sobrepõe, ao recorte de gênero, características sociodemográficas selecionadas — idade, raça/cor, posição na família e escolaridade; a seção 4 problematiza a existência de queda da desigualdade salarial de gênero entre os trabalhadores; e, nas **Considerações finais**, apresenta-se uma síntese das principais evidências proporcionadas pelo artigo.

## 2 Aspectos básicos dos trabalhadores de baixos salários segundo o recorte de gênero

Esta seção procura dar conta, sucintamente, de aspectos básicos dos trabalhadores de baixos salários<sup>1</sup> na RMPA e na RMSP, com ênfase nas desigualdades de gênero, no período 1995-2014. De acordo com as evidências expostas no Gráfico 1, pode-se constatar uma tendência de redução da incidência<sup>2</sup> de baixos salários na RMPA e na RMSP, no período em análise, para ambos os sexos, ainda que esta apresente certo arrefecimento após 2010. Assim, ao se comparar 1995 com 2014, verifica-se que, na RMPA, a parcela relativa de trabalhadores de baixos salários declinou de 20,8% para 10,5% entre os homens e de 38,2% para 19,3% entre as mulheres; e, na RMSP, de 24,4% para 12,2% entre os homens e de 38,3% para 20,4% entre as mulheres.

Quadro 1

### Definição de emprego de baixos salários

Neste estudo, utiliza-se a definição de emprego de baixos salários adotada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, na qual são assim identificados aqueles que recebem **menos de dois terços da mediana dos salários** (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 1996, 2014). De acordo com levantamento feito por Grimshaw (2011), essa é a definição predominante na literatura internacional sobre o tema. Ela foi também adotada pela Organização Internacional do Trabalho no **Global Wage Report** de 2010 (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2010).

Uma vantagem apontada pela literatura para a adoção dessa definição é a de que ela é mais adequada para comparações internacionais da incidência de baixos salários, diferentemente de alguma definição alternativa que utilize um nível absoluto de rendimentos como ponto de corte (LUCIFORA; SALVERDA, 2009; GRIMSHAW, 2011; LEE; SOBECK, 2012). Todavia, pelo fato de ser uma medida relativa, uma de suas limitações é a de não dar elementos para avaliar a evolução do padrão de vida dos trabalhadores.

Reconhecendo que há grande variabilidade do número de horas trabalhadas pelos indivíduos, o estudo utiliza como ponto de corte dos baixos salários **menos de dois terços da mediana dos salários-hora reais** do total de assalariados. Essa referência empírica permite comparar, de uma forma consistente, todos os assalariados, independentemente de eles terem jornadas de trabalho parciais ou integrais.

Cabe assinalar ainda que o **total de assalariados** neste artigo corresponde à agregação dos empregados no **setor privado e no setor público** e os **empregados domésticos mensialistas**.

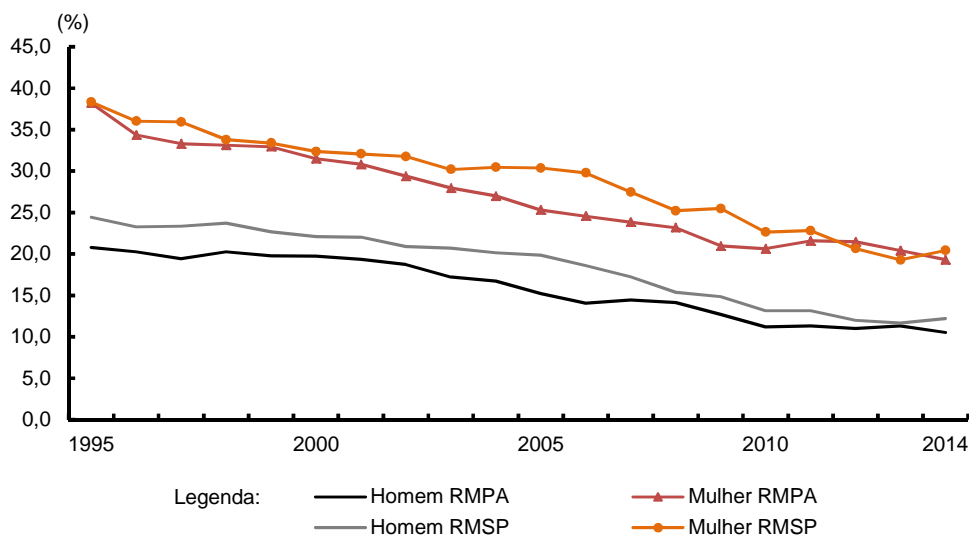
Em termos de comparações inter-regionais, esses dados revelam que o nível de incidência de baixos salários é mais elevado para ambos os sexos na RMSP, em, praticamente, todo o período. Quanto à segmentação por sexo, nas duas regiões, a situação das mulheres é mais adversa, uma vez que, entre elas, a incidência de baixos salários é praticamente o dobro em comparação aos homens. Essa evidência está de acordo com a literatura sobre o tema, que destaca como um padrão internacional a maior parcela relativa de baixos salários entre as mulheres (ASPLUND; PERSSON, 2000; LUCIFORA; SALVERDA, 2009; INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2010; GRIMSHAW, 2011; LEE; SOBECK, 2012).

<sup>1</sup> A definição de emprego de baixos salários adotada neste estudo encontra-se no Quadro 1.

<sup>2</sup> A noção de **incidência** está sendo usada conforme o faz a OCDE e a literatura sobre baixos salários (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2014; GRIMSHAW, 2011). Esta é obtida pela divisão dos trabalhadores de baixos salários pelo total de assalariados em um determinado ano.

Gráfico 1

Parcela relativa de trabalhadores de baixos salários, por sexo, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — 1995-2014



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.  
 PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Desagregando a incidência de baixos salários por categorias de emprego, percebe-se que, em todos os segmentos e nas duas RMs, as mulheres apresentam parcelas relativas maiores que os homens para os anos analisados (Tabela 1). O setor privado registra, em ambas as RMs, incidências de baixos salários muito superiores ao setor público. Os trabalhadores sem carteira assinada do setor privado são os mais atingidos, ainda que esse seja o segmento com a segunda maior queda no período, nas duas regiões. Essa redução está ligada ao processo de formalização do emprego no Brasil, nos anos 2000 (CARDOSO JÚNIOR, 2007), e atingiu, diferentemente, os sexos nas duas regiões. Enquanto, na RMSP, a redução se deu, mais fortemente, entre os homens, na RMPA, a queda foi maior entre as mulheres. Ainda sobre o setor privado, observa-se que, no segmento sem carteira assinada, a RMSP revela parcelas relativas maiores que as da RMPA em todos os anos, para ambos os sexos. Em contrapartida, o segmento com carteira assinada demonstra valores maiores na RMPA — à exceção de 2005, 2010 e 2014 para os homens. Em relação ao emprego doméstico, categoria com fortíssima participação feminina no Brasil (FONTES; PERO; BERG, 2012), constata-se uma acentuada tendência de queda da parcela relativa de baixos salários para as mulheres em ambas as regiões, ainda que a RMSP tenha registrado uma redução maior (51,4 pontos percentuais) em relação à RMPA (41,3 pontos percentuais), quando comparados os valores para 1995 e 2014.

Tabela 1

Parcela relativa de trabalhadores de baixos salários, por sexo e categorias de emprego, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — anos selecionados

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE									
	Homem					Mulher				
	1995	2000	2005	2010	2014	1995	2000	2005	2010	2014
<b>Total</b> .....	20,8	19,7	15,2	11,2	10,5	38,2	31,5	25,3	20,6	19,3
Setor privado .....	23,1	22,3	16,6	12,4	11,3	39,5	32,8	26,1	21,8	21,5
Com carteira de trabalho assinada	20,7	18,6	12,9	10,2	10,0	38,0	30,0	23,0	19,1	20,9
Sem carteira de trabalho assinada	35,4	39,6	36,9	25,4	22,7	51,2	47,1	42,5	37,5	27,7
Setor público .....	7,1	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	9,1	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Empregados domésticos mensalistas	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	69,4	55,7	49,6	39,6	28,1

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO									
	Homem					Mulher				
	1995	2000	2005	2010	2014	1995	2000	2005	2010	2014
<b>Total</b> .....	24,4	22,1	19,8	13,2	12,2	38,3	32,3	30,4	22,6	20,4
Setor privado .....	25,9	23,1	20,8	13,9	12,7	34,8	29,0	26,6	22,7	22,4
Com carteira de trabalho assinada	20,1	16,2	13,5	10,7	10,2	29,5	22,7	19,1	18,9	20,1
Sem carteira de trabalho assinada	50,5	42,8	43,3	28,5	27,9	55,9	47,6	48,1	40,1	38,8
Setor público .....	8,3	10,3	(1)-	(1)-	(1)-	13,0	9,1	7,7	(1)-	(1)-
Empregados domésticos mensalistas	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	76,1	57,0	58,2	37,0	24,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Conforme visto na Tabela 1, ocorreu uma queda considerável da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários para ambos os sexos, nas RMs, no período em análise, o que deve ser reconhecido como um fenômeno positivo em termos socioeconômicos. É pertinente, todavia, indagar como foi o comportamento dos salários médios reais para aqueles inseridos nesse segmento do mercado de trabalho. A esse respeito, podem-se constatar diferentes fases da trajetória dos salários médios reais dos trabalhadores de baixos salários em ambas as RMs, no período 1995-2014 (Gráfico 2). Após a estabilização monetária de 1994<sup>3</sup>, os salários médios reais evidenciaram ganhos expressivos até 1998, mas estes foram maiores entre as mulheres da RMSP e entre os homens da RMPA. De 1999 a 2003, ocorreu uma queda generalizada dos salários médios reais, com a ponderação de que a sua intensidade foi muito mais acentuada na RMSP, para ambos os sexos. A partir de 2004, começou um processo de recuperação e de crescimento dos salários médios reais, o qual perdurou até 2014. Nessa fase, percebe-se que, tanto na RMPA quanto na RMSP, os salários médios reais das mulheres tiveram melhor desempenho comparativamente aos dos homens. Tomando-se o período 1995-2014 como um todo, os salários médios reais dos trabalhadores de baixos salários tiveram uma evolução mais favorável na RMPA *vis-à-vis* a RMSP, para ambos os sexos: crescimento de 54,4% para as mulheres e de 45,8% para os homens, na RMPA; e de 27,9% para as mulheres e de 15,9% para os homens, na RMSP. Constata-se também ocorrência da redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres no âmbito de cada uma das regiões<sup>4</sup>.

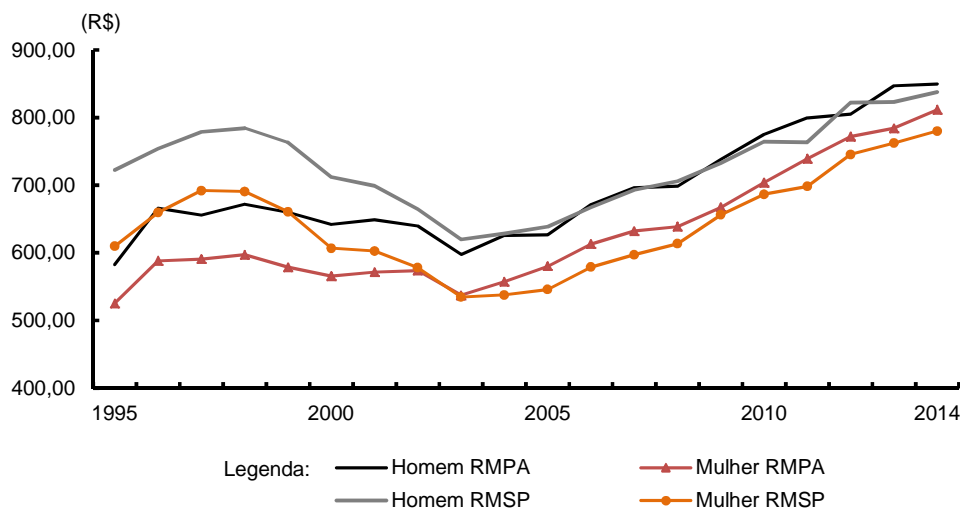
<sup>3</sup> Sobre os ganhos dos rendimentos reais após a estabilização monetária de 1994, ver Fligenspan (2008).

<sup>4</sup> Este tópico será objeto de atenção na seção 4 deste artigo.



Gráfico 2

Salário médio real dos trabalhadores de baixos salários, por sexo, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — 1995-2014



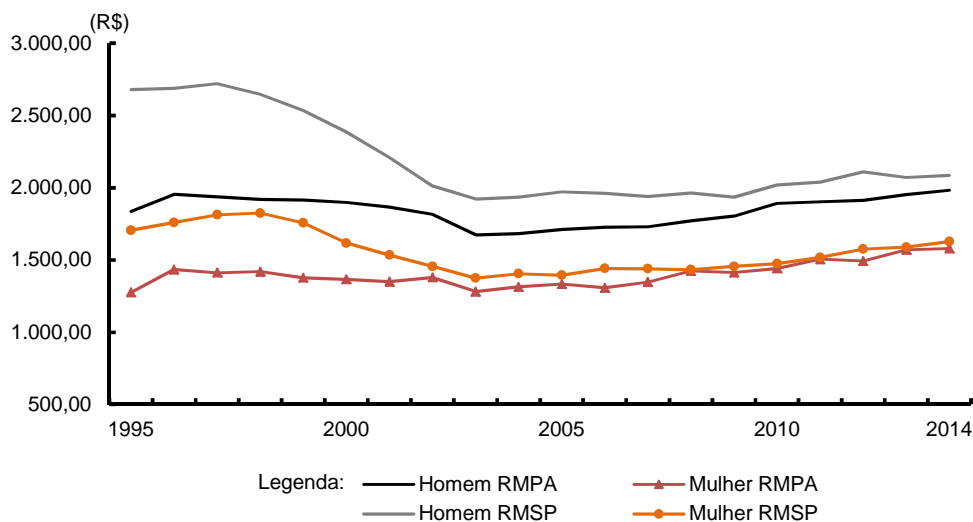
Legenda: — Homem RMPA — Mulher RMPA  
— Homem RMSP — Mulher RMSP

FORNE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.  
PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.  
NOTA: Valores em reais de dez./2014; deflatores: IPC-IEPE para a RMPA e ICV-DIEESE para a RMSP.

Como referência comparativa, é de interesse verificar se a trajetória esboçada dos salários reais dos trabalhadores de baixos salários foi semelhante à da totalidade dos empregados (Gráfico 3). De uma forma sumária, pode-se perceber que os ganhos dos salários médios reais do total de empregados foram mais modestos no pós estabilização monetária de 1994, nos dois espaços regionais e para ambos os sexos. No período que se estende, *grasso modo*, de 1998 a 2003, ocorreu uma deterioração geral dos salários médios reais, mas com uma queda, muito mais acentuada, na RMSP. Posteriormente, houve um processo de recuperação dos salários médios reais em ambas as regiões, e de crescimento, especificamente, na RMPA. Quando se contrasta 1995 e 2014, identifica-se uma grande disparidade de comportamento dos salários médios reais do total dos empregados entre as regiões e entre os sexos. Assim, enquanto, na RMPA, o salário médio real das mulheres cresceu 23,9%, o dos homens aumentou somente 8,0%. De forma díspar, nessa mesma referência comparativa, na RMSP, o salário médio real teve queda de 4,6% entre as mulheres e, entre os homens, um declínio muito intenso, de 22,1%. Pode-se concluir, portanto, que o desempenho dos salários reais do total de empregados foi bastante distinto ao dos trabalhadores de baixos salários: crescimento mais modesto, no caso da RMPA, e queda, no da RMSP, sendo, nesta última, muito expressiva para os homens.

Gráfico 3

Salário médio real do total de empregados, por sexo, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — 1995-2014



LEGENDA: — Homem RMPA — Mulher RMPA  
— Homem RMSP — Mulher RMSP

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.  
PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.  
NOTA: Valores em reais de dez./2014; deflatores: IPC-IEPE para a RMPA e ICV-DIEESE para a RMSP.

### 3 Baixos salários, desigualdades de gênero e características sociodemográficas

Para avançar no conhecimento das desigualdades de gênero entre os trabalhadores de baixos salários, nesta seção são sobrepostas a elas características sociodemográficas selecionadas — idade, raça/cor, posição na família e escolaridade.

De acordo com a **idade**, pode-se constatar que o segmento de jovens de 16 a 24 anos é aquele cuja incidência de baixos salários é a mais elevada, tanto para homens quanto para mulheres, em ambas as RMs (Tabela 2), o que é um resultado compatível com a literatura sobre o tema, na medida em que ela evidencia que esse grupo populacional está entre aqueles cuja incidência de baixos salários é das mais elevadas (LUCIFORA; SALVERDA, 2009; GRIMSHAW, 2011). Quando são contrastadas as RMs, percebe-se, no caso das mulheres jovens, que a evolução foi mais favorável na RMSP em comparação à RMPA: a parcela relativa de baixos salários, na RMSP, diminuiu de 48,7% em 1995 para 26,0% em 2014, enquanto, na RMPA, passou de 48,9% para 30,5%. No que diz respeito aos homens jovens, ao se cotejar o primeiro e o último ano da série, pode-se afirmar que a diferença de níveis de incidência de baixos salários — desfavorável à RMSP — pouco se alterou. Deve-se assinalar ainda que, entre as mulheres, a menor parcela relativa de baixos salários é a do segmento adulto de 25 a 39 anos, em ambas as RMs; de forma distinta, entre os homens, essa posição pertence aos adultos de 40 a 59 anos. Isso pode estar indicando que o aumento da idade e da experiência são fatores relativamente mais relevantes para os indivíduos de sexo masculino em termos de mobilidade na estrutura salarial dos mercados de trabalho metropolitanos.

No que tange à incidência de baixos salários na segmentação por **raça/cor**, percebem-se, para ambos os sexos, tendências de redução muito semelhantes nas duas RMs (Tabela 2), o que é condizente com um estudo sobre o tema, que mostra que, entre os trabalhadores mais propícios a baixos salários, estão as mulheres negras (FONTES; PERO; BERG, 2012), sendo a população negra feminina aquela com a maior incidência nas duas regiões. Entretanto, esse é também o segmento que apresentou a maior redução de sua parcela relativa de baixos salários, passando de 51,4% em 1995 para 25,5% em 2014, na RMPA, e de 54,3% em 1995 para 25,5% em 2014, na RMSP. Percebe-se que a diferença entre a incidência de baixos salários no segmento de mulheres negras em comparação à dos homens não negros se reduziu pela metade, nas duas regiões. Todavia isso não se mostra suficiente para afirmar uma redução na desigualdade entre eles, dado que a incidência do primeiro segmento continuava sendo mais do que 2,5 vezes à do último ao final do período.

Tabela 2

Parcela relativa de trabalhadores de baixos salários, por sexo e características sociodemográficas, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — anos selecionados

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE									
	Homem					Mulher				
	1995	2000	2005	2010	2014	1995	2000	2005	2010	2014
<b>Total</b> .....	20,8	19,7	15,2	11,2	10,5	38,2	31,5	25,3	20,6	19,3
<b>Idade</b>										
De 10 a 15 anos .....	78,4	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	85,6	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
De 16 a 24 anos .....	37,5	37,7	28,0	21,6	21,7	48,9	44,4	34,9	28,4	30,5
De 25 a 39 anos .....	12,8	13,7	10,8	8,7	7,5	31,7	25,4	20,8	17,6	15,9
De 40 a 59 anos .....	12,5	10,6	9,4	6,7	7,2	35,5	27,2	23,2	19,0	17,0
60 anos ou mais .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>Raça/Cor (2)</b>										
Negros .....	28,1	29,0	24,1	16,3	16,8	51,4	42,5	36,3	30,1	25,5
Não negros .....	19,7	18,5	14,0	10,3	9,5	35,6	29,8	23,5	18,8	18,2
<b>Posição na família</b>										
Chefe .....	13,7	13,3	10,6	7,9	6,8	34,9	27,6	22,1	19,6	17,5
Cônjuge .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	33,8	28,5	23,0	18,3	17,7
Filho .....	40,2	34,4	25,1	19,1	19,4	45,3	35,7	30,1	24,2	24,4
Demais membros .....	33,1	33,9	25,5	18,9	(1)-	51,5	47,8	36,9	31,4	(1)-
<b>Escolaridade</b>										
Analfabetos .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	74,3	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto ...	28,8	28,4	24,5	18,8	18,6	59,6	51,8	43,3	39,2	34,7
Fundamental completo (3)	18,4	23,5	20,6	17,3	15,3	39,8	42,6	38,3	34,3	33,5
Médio completo (4) .....	6,4	8,4	7,7	5,7	6,6	12,8	16,2	17,1	13,4	14,3
Superior completo .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO									
	Homem					Mulher				
	1995	2000	2005	2010	2014	1995	2000	2005	2010	2014
<b>Total</b> .....	24,4	22,1	19,8	13,2	12,2	38,3	32,3	30,4	22,6	20,4
<b>Idade</b>										
De 10 a 15 anos .....	90,4	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	85,3	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
De 16 a 24 anos .....	40,6	38,7	35,6	23,1	24,6	48,7	42,8	39,7	27,8	26,0
De 25 a 39 anos .....	15,5	15,2	15,1	10,2	8,6	30,2	27,1	25,8	19,8	17,4
De 40 a 59 anos .....	13,5	13,6	11,4	9,0	7,6	34,7	27,3	28,4	21,9	20,2
60 anos ou mais .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>Raça/Cor (2)</b>										
Negros .....	32,9	29,5	26,7	16,8	15,7	54,3	42,3	41,9	29,2	25,5
Não negros .....	19,9	18,6	16,5	11,2	9,9	30,1	27,5	24,0	19,1	17,0
<b>Posição na família</b>										
Chefe .....	15,6	15,7	14,5	9,8	8,4	35,1	31,4	31,1	24,8	22,8
Cônjuge .....	32,6	21,9	19,6	10,9	12,5	32,1	28,3	27,6	21,3	17,9
Filho .....	41,0	34,6	29,7	20,4	20,0	37,6	31,4	30,2	21,5	20,6
Demais membros .....	41,2	32,9	34,3	19,9	21,8	61,7	50,8	45,7	29,6	29,4
<b>Escolaridade</b>										
Analfabetos .....	48,4	43,4	38,6	(1)-	(1)-	75,1	57,3	65,0	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto ...	33,4	30,7	29,2	19,1	17,6	62,3	52,9	52,4	41,2	38,4
Fundamental completo (3)	24,3	26,9	28,7	21,8	20,9	41,6	41,5	46,0	38,7	34,5
Médio completo (4) .....	6,9	11,1	13,4	9,3	9,3	14,6	18,9	22,7	17,9	18,4
Superior completo .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

(1) Amostra não comporta desagregação para esta categoria. (2) Negros: indivíduos pretos e pardos; não negros: indivíduos brancos e amarelos. (3) Inclui indivíduos com ensino médio incompleto. (4) Inclui indivíduos com ensino superior incompleto.

No que diz respeito ao recorte por **posição na família**, chama atenção que, em ambas as RMs, a posição de chefe, entre as mulheres, evidencia incidência de baixos salários próxima à de cônjuge, algo que não se observa na população masculina (Tabela 2). Na RMPA, a parcela relativa de mulheres chefes de baixos salários diminuiu de 34,9% em 1995 para 17,5% em 2014, e a de cônjuges, de 33,8% para 17,7% no mesmo período. Na RMSP, essas proporções eram de 35,1% em 1995 e de 22,8% em 2014, no caso de chefes, e de 32,1% e de 17,9%, respectivamente, no caso de cônjuges. Isso sugere que o fato de as mulheres passarem a exercer a posição na família de chefe não necessariamente traz consigo, em termos relativos à posição de cônjuge, menor incidência de baixos salários. Quanto aos indivíduos de sexo masculino, por limitações amostrais, é possível comparar essas duas posições na família, somente na RMSP. Nesse caso, constata-se uma grande disparidade na incidência de baixos salários entre chefes e cônjuges, em detrimento dos últimos, no início do período, a qual, não obstante, havia diminuído bastante ao seu final.

Já no que se refere à posição de filho, verifica-se, como regra geral, elevada incidência de baixos salários em ambas as RMs (Tabela 2). Todavia há uma importante diferença entre elas: na RMPA, tanto ao início quanto ao final do período, as mulheres na posição de filho evidenciam maior parcela relativa de baixos salários em comparação aos homens, enquanto, na RMSP, verifica-se situação oposta até o ano 2000 e, após, patamares com grande proximidade entre os sexos.

Quanto à **escolaridade**, constata-se que a incidência de baixos salários se reduz conforme aumenta o nível de escolaridade dos trabalhadores, nas duas regiões (Tabela 2). Isso se aplica para ambos os sexos, ainda que as mulheres, em todos os segmentos, apresentem parcelas relativas muito maiores que os homens, sendo os valores referentes a elas praticamente o dobro dos auferidos aos homens. Em ambas as RMs, o segmento com maior queda na incidência foi o de fundamental incompleto feminino<sup>5</sup>: na RMPA, 24 pontos percentuais; na RMSP, 23,9 pontos percentuais, quando se compara 2014 com 1995. O nível mais alto de escolaridade com desagregação na Tabela 2 — médio completo —, apesar de ser o segmento com a menor incidência em todo o período, foi o único que registrou um leve aumento na parcela relativa de trabalhadores de baixos salários, tanto para a população feminina quanto para a masculina das duas regiões.

## 4 Desigualdade salarial de gênero: houve redução nas Regiões Metropolitanas?

Na literatura, há estudos cujos resultados apontam que, em economias com menor desigualdade da estrutura salarial, é menor a incidência de baixos salários (LUCIFORA, 2000; LUCIFORA; SALVERDA, 2009; GRIMSHAW, 2011). Assim, uma das possíveis explicações para a redução da incidência de baixos salários nas RMs está relacionada com o nível de desigualdade da estrutura salarial. Nesse sentido, cabe investigar se a sua trajetória, no período, foi correlata à redução da incidência de baixos salários, como já

---

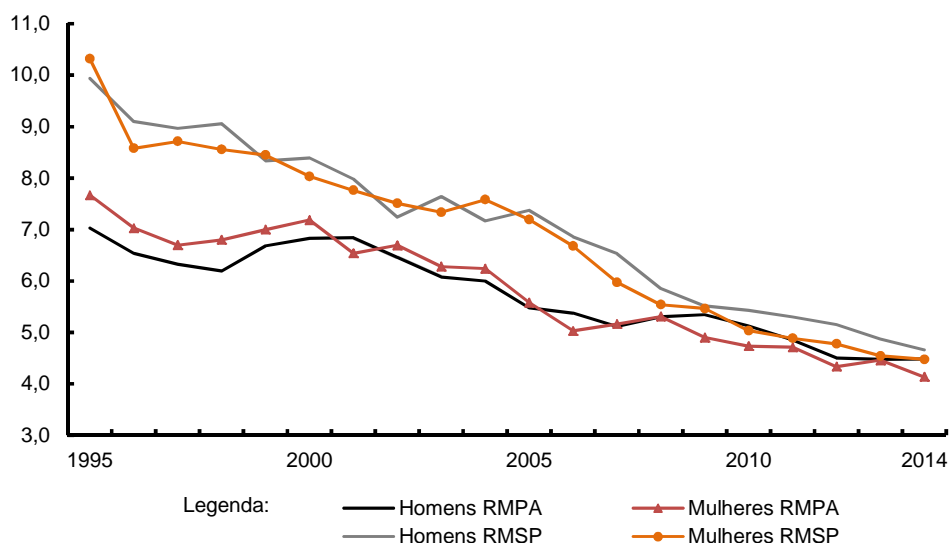
<sup>5</sup> A categoria de analfabetos foi desconsiderada na análise, por não ter amostra suficiente para sua divulgação na maioria dos anos.

sugerido por outros trabalhos (FONTES; PERO; BERG, 2012; BASTOS, 2014). Mas, nesta seção, tem-se um propósito específico adicional, qual seja, o de indagar se a evolução da desigualdade salarial foi correlata ao progresso na posição relativa das mulheres em comparação aos homens nas estruturas salariais das RMs.

Uma aproximação à trajetória da desigualdade salarial nas RMs é propiciada pelo Gráfico 4, no qual consta a razão 9º decil/1º decil dos salários-hora reais, por sexo, no período 1995-2014. De acordo com o que se pode constatar, a razão 9º decil/1º decil dos salários-hora reais estava em seu nível máximo tanto para mulheres quanto para homens, em ambas as RMs, em 1995. Após 2000<sup>6</sup>, constata-se uma tendência de queda dessa medida de dispersão salarial para todos os segmentos, que atingiu o seu valor mínimo em 2014<sup>7</sup>. Chama atenção que as mulheres partiram de níveis mais elevados de desigualdade salarial em 1995, mas isso já havia se modificado na RMSP, em 1996, e na RMPA, em 2001. Esses desempenhos revelam que a desigualdade salarial se reduziu, mais intensamente, entre as mulheres em relação aos homens: na RMPA, na comparação de 1995 com 2014, a razão 9º decil/1º decil diminuiu 46,1% entre as primeiras e 36,2% entre os últimos, e, na RMSP, 56,6% e 53,1% respectivamente.

Gráfico 4

Razão 9º decil/1º decil dos salários-hora reais, por sexo, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — 1995-2014



LEGENDA: — Homens RMPA — Mulheres RMPA  
— Homens RMSP — Mulheres RMSP

Fonte dos dados brutos: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.  
PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Uma forma de procurar avaliar a evolução da posição relativa das mulheres na estrutura salarial é por meio do hiato salarial de gênero<sup>8</sup>, utilizando-o para verificar se o seu tamanho passou por um

<sup>6</sup> No caso dos homens da RMPA, a tendência à redução da desigualdade salarial ocorreu a partir de 2002.

<sup>7</sup> O patamar mínimo de desigualdade salarial, entre os homens na RMPA, já havia se dado em 2013.

<sup>8</sup> O **hiato salarial de gênero** (HSG), para os diferentes quantis, foi medido da seguinte forma:

$$HSG \text{ quantil}_i = \left( \frac{\text{salário-hora real dos homens no quantil}_i - \text{salário-hora real das mulheres no quantil}_i}{\text{salário-hora real dos homens no quantil}_i} \right) \times 100.$$

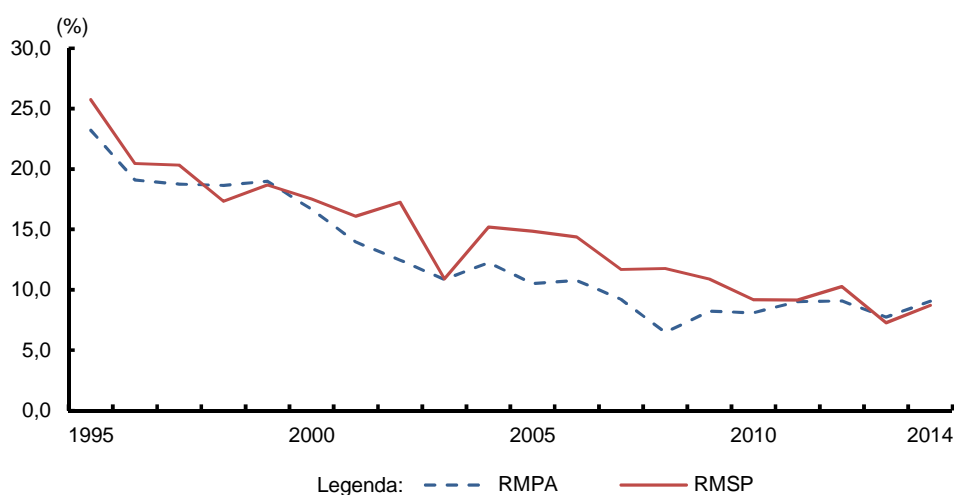
A respeito do hiato salarial de gênero, ver Blau e Kahn (2008) e Gregory (2009).

estreitamento no período em foco. Nesse sentido, esse indicador de desigualdade foi medido em diferentes quantis das distribuições de salários-hora reais de homens e de mulheres no período 1995-2014: 1º, 5º e 9º decis.

Começando a exposição dos resultados pela base da estrutura salarial, o hiato salarial de gênero no 1º decil apresentou redução, na RMPA, de 23,2% em 1995 para 6,5% em 2008 e, após, elevou-se, situando-se em 9,1%, em 2014 (Gráfico 5). Na RMSP, esse indicador partiu de 25,7% em 1995, registrou o seu menor nível em 2013 (7,3%) e aumentou para 8,7% em 2014. Com base nessas evidências, constata-se uma inequívoca queda do hiato salarial de gênero na base das estruturas salariais da RMPA e da RMSP e que esta foi de magnitude maior na última, colocando-a em menor nível de desigualdade.

Gráfico 5

Hiato salarial de gênero do 1º decil dos salários-hora reais, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — 1995-2014

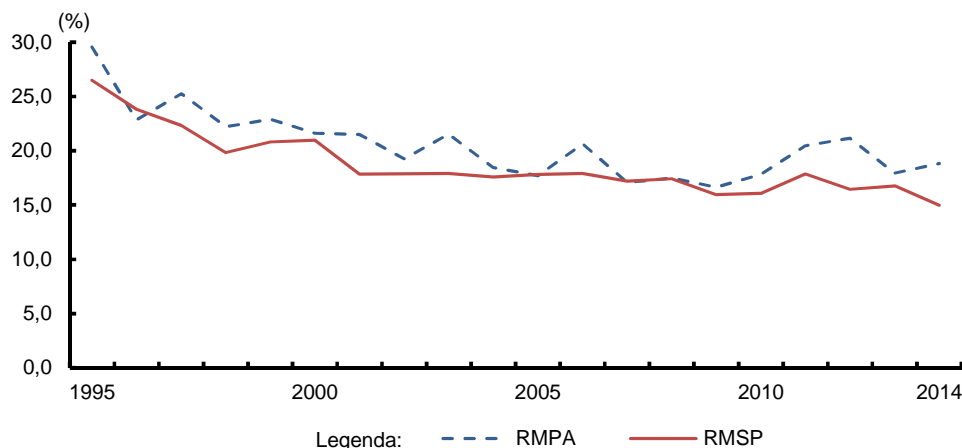


FORNE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.  
PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

No 5º decil dos salários-hora reais, o hiato salarial de gênero na RMPA diminuiu até 2009, quando atingiu 16,6%, para, após, voltar a elevar-se (Gráfico 6). Na comparação de 1995 com 2014, ele evidencia queda, pois passou de 29,6% para 18,8%. Quanto à RMSP, o hiato salarial de gênero no 5º decil partiu de 26,5% em 1995 — seu maior nível — e atingiu 15,0% em 2014 — seu menor nível. Assim, esses dados mostram uma redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres no centro das estruturas salariais, mas também que a situação das últimas era mais favorável que a dos primeiros na RMSP, em comparação à RMPA, em, praticamente, todo o período.

Gráfico 6

Hiato salarial de gênero do 5º decil dos salários-h ora reais, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — 1995-2014



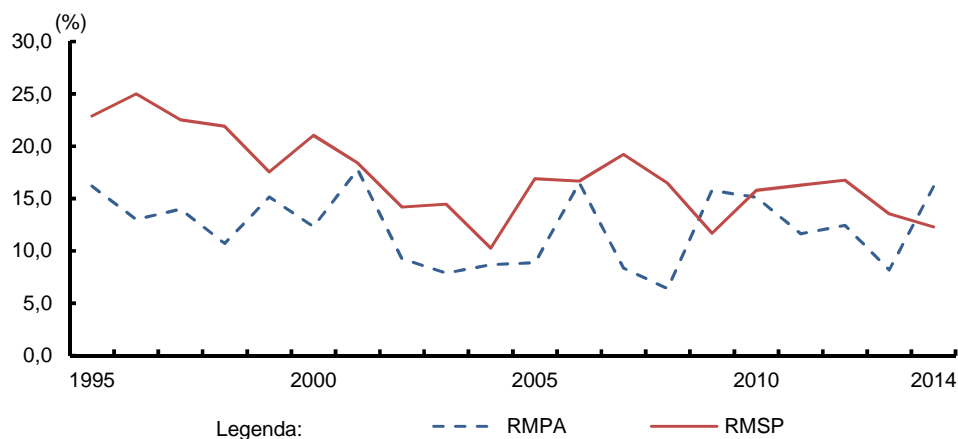
Legenda: --- RMPA — RMSP

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.  
PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Já na posição mais próxima do topo da estrutura salarial utilizada neste trabalho — o 9º decil dos salários-hora reais —, o hiato salarial de gênero na RMPA não evidencia uma tendência clara, uma vez que teve várias oscilações ao longo do período (Gráfico 7). Seu maior nível ocorreu em 2001 (17,8%); o menor, em 2008 (6,4%); e, em 2014, ele se encontrava em 16,1%, praticamente no mesmo patamar de 1995 (16,2%). Quanto à RMSP, não obstante o hiato salarial de gênero no 9º decil tenha tido diversas oscilações, o movimento de descenso foi nele predominante. O seu maior nível foi registrado em 1996 (25,0%); e o menor, em 2009 (11,7%). Ao se comparar 1995 com 2014, constata-se que ele diminuiu de 22,9% para 12,3%, o que confirma a redução da desigualdade salarial de gênero no topo da distribuição de salários da RMSP, fenômeno que não foi observado na RMPA.

Gráfico 7

Hiato salarial de gênero do 9º decil dos salários-h ora reais, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — 1995-2014



Legenda: --- RMPA — RMSP

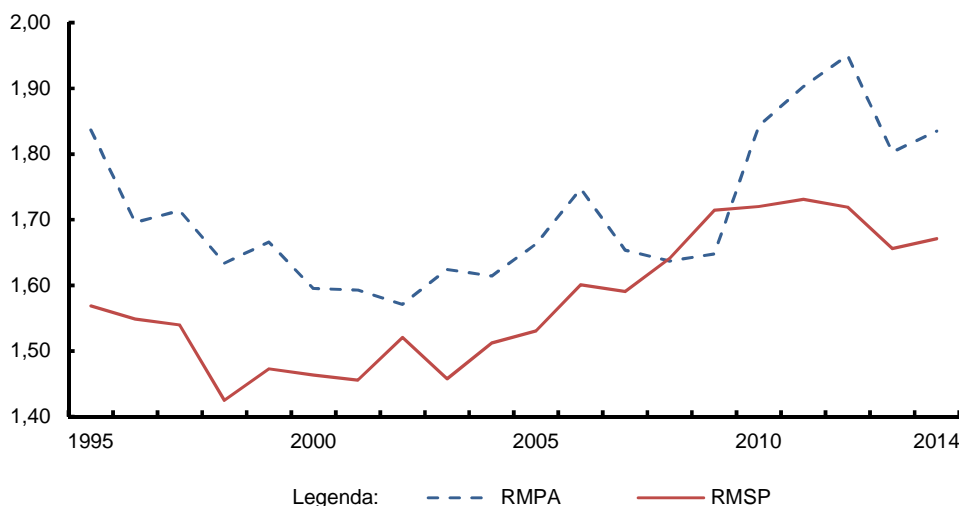
FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.  
PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.



Para buscar responder à indagação proposta no início desta seção, é necessário ainda acrescentar à análise o risco relativo<sup>9</sup> de as mulheres serem trabalhadoras de baixos salários em comparação aos homens (Gráfico 8). A esse respeito, percebe-se, claramente, que esse indicador oscilou, consideravelmente, ao longo dos 20 anos, em ambas as RMs. Ele situou-se no valor mínimo, na RMSP, em 1998 (1,42); e, no máximo, em 2011 (1,73); na RMPA, o seu valor mínimo foi em 2000 (1,57); e o máximo, em 2012 (1,95). Quando se compara o primeiro e o último ano dessa série de dados, constata-se que o risco relativo de as mulheres serem trabalhadoras de baixos salários na RMPA situava-se, praticamente, no mesmo nível (1,84 em 1995 e 1,83 em 2014) e, na RMSP, ele havia sido incrementado (de 1,57 em 1995 para 1,67 em 2014). Em termos comparativos, é interessante ressaltar que, embora as mulheres tenham menor incidência de baixos salários na RMPA em comparação à RMSP, em quase todo o período, o risco relativo de um indivíduo de sexo feminino ser de baixos salários na primeira é superior ao da última.

Gráfico 8

Risco relativo de as mulheres serem trabalhadoras de baixos salários, em comparação aos homens, nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo — 1995-2014



LEGENDA: --- RMPA — RMSP

FORNE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.  
PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

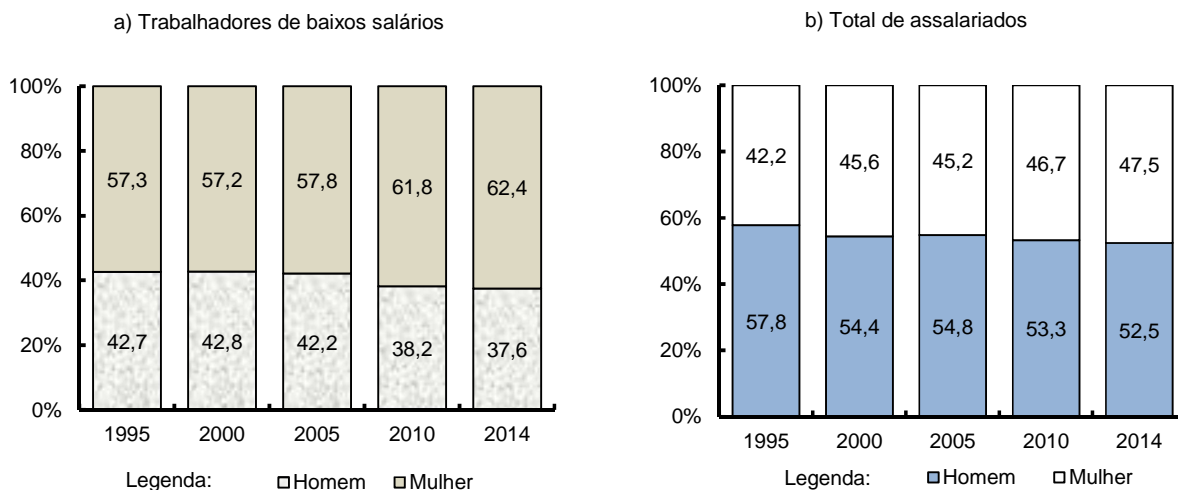
Em consonância com esses resultados, quando se examina a distribuição dos trabalhadores de baixos salários entre os sexos, constata-se não somente a posição nela majoritária das mulheres, como o aumento da sua participação relativa no segmento (Gráficos 9 e 10). Assim, na RMPA, elas representavam 57,3% desse segmento em 1995, enquanto, na RMSP, eram 53,8%. Ao final do período, ampliou-se ainda mais o peso relativo das mulheres no segmento de baixos salários, o qual atingiu 62,4% na RMPA e 60,4% na RMSP, em 2014. Esse aumento da participação relativa das mulheres não ficou restrito ao segmento de baixos salários, todavia, uma vez que também ocorreu crescimento da sua proporção no total de assalariados em ambas as RMs. De qualquer forma, essas evidências corroboram a compreensão de que

<sup>9</sup> Sobre a noção de risco relativo de o trabalhador ser de baixos salários, ver Rubery e Grimshaw (2010, p. 42). Esse indicador é obtido pela divisão da parcela relativa de mulheres de baixos salários pela de homens de baixos salários.

as mulheres estão sobrerrepresentadas entre os trabalhadores de baixos salários e de que a sua participação relativa neles se ampliou, o que problematiza a queda da desigualdade salarial de gênero nas RMs.

Gráfico 9

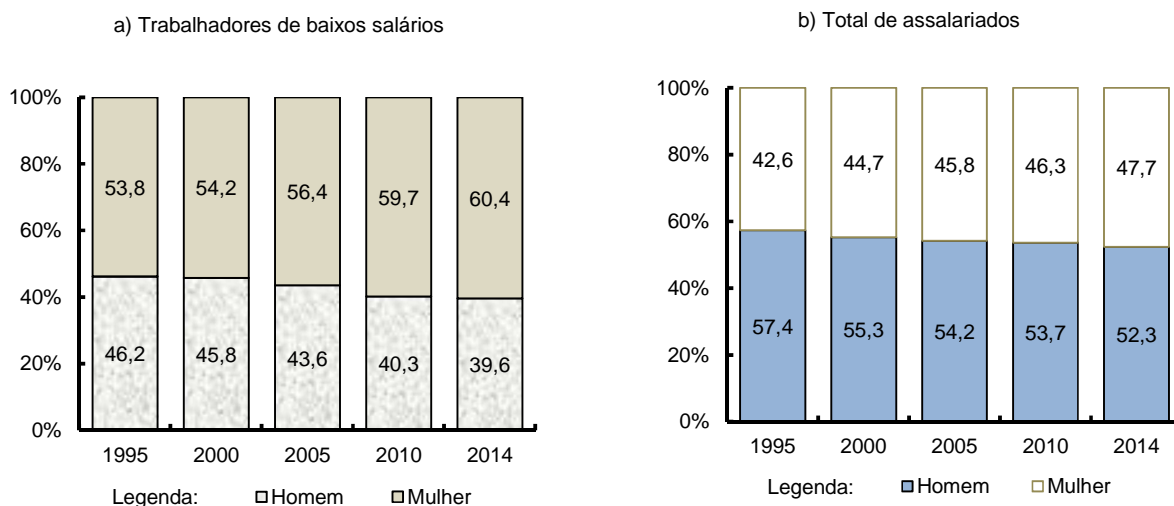
Distribuição dos trabalhadores de baixos salários e do total de assalariados, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — anos selecionados



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Gráfico 10

Distribuição dos trabalhadores de baixos salários e do total de assalariados, por sexo, na Região Metropolitana de São Paulo — anos selecionados



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

## 5 Considerações finais

Este artigo evidenciou uma tendência de queda na parcela relativa de baixos salários para ambos os sexos, tanto na RMPA quanto na RMSP. Ainda que tenham apresentado uma redução maior em termos absolutos na incidência de baixos salários, as mulheres mantiveram uma posição de maior adversidade, no mercado de trabalho, no que tange a essa condição remuneratória. Condizente com resultados da literatura internacional sobre o tema, a parcela relativa de trabalhadores de baixos salários entre elas se manteve muito superior à dos homens — praticamente o dobro nas duas regiões.

Quanto às categorias de emprego, identificou-se uma diferença relevante entre as duas regiões, no segmento do setor privado. A RMSP registrou, para ambos os sexos, incidência maior de baixos salários entre os trabalhadores sem carteira assinada durante todo o período, enquanto, entre os com carteira assinada, a RMPA se destacou para, praticamente, todos os anos. Outro aspecto importante diz respeito ao emprego doméstico, categoria de majoritária participação feminina, que apresentou queda, na parcela relativa de baixos salários para as mulheres, em ambas as RMs, mas, com maior intensidade, na RMSP.

A análise dos salários médios reais dos trabalhadores de baixos salários permitiu indicar uma redução da desigualdade de gênero em cada região, visto que os salários médios reais das mulheres cresceram mais do que os dos homens. A RMPA registrou taxas de crescimento maiores que as da RMSP quando se coteja 1995 a 2014, para ambos os sexos. Comparando-se à evolução dos salários médios reais da totalidade dos empregados, percebe-se uma disparidade, pois estes registraram um crescimento mais modesto, no caso da RMPA, e queda, no caso da RMSP.

Sobrepondo-se à desagregação de gênero características sociodemográficas selecionadas, constatou-se que os trabalhadores jovens, negros e aqueles com menor nível de escolaridade são os mais atingidos por baixos salários, o que também está de acordo com a experiência de outros países. No que tange à idade, as diferenças entre as parcelas relativas de baixos salários nos grupos etários de homens e mulheres sugeriu uma maior mobilidade para eles na estrutura salarial dos mercados de trabalho metropolitanos. A raça/cor dos trabalhadores também se mostrou um condicionante da situação já mais vulnerável das mulheres, uma vez que as trabalhadoras negras foram aquelas com a maior parcela relativa de baixos salários durante todo o período, nas duas RMs. Por posição na família, constatou-se uma disparidade muito menor entre as incidências dos segmentos de chefe e de cônjuge entre as mulheres, nas duas regiões, sugerindo que, mesmo que elas passem à posição de chefe, continuavam circunscritas aos baixos salários praticamente da mesma forma que quando cônjuges. A escolaridade revelou uma relação inversa com a incidência de baixos salários, uma vez que a parcela relativa desse tipo de emprego se reduz à medida que aumenta o nível de educação formal do trabalhador. Na comparação entre os sexos, as mulheres apresentavam incidência muito superior à dos homens em todas as categorias, nas duas RMs. Diferentemente dos demais, o segmento com ensino médio completo foi o único que registrou um leve aumento da incidência de baixos salários.

As análises sobre a estrutura salarial permitiram identificar que a redução da incidência de baixos salários foi correlata à queda na desigualdade, em concordância com diversos estudos sobre o tema.

Observaram-se trajetórias descendentes das razões 9º decil/1º decil dos salários-hora reais em ambos os sexos, sendo a queda, porém, mais acentuada entre as mulheres. Seguindo a mesma tendência, o hiato salarial de gênero estreitou-se, ao longo do período, para os quantis analisados, sendo a única exceção o 9º decil na RMPA, no qual não foi possível verificar uma tendência devido às várias oscilações. Em ambas as RMs, a maior queda do hiato ocorreu na base da estrutura salarial (1º decil).

Por fim, o risco relativo de as mulheres serem trabalhadoras de baixos salários em comparação aos homens apresentou oscilações consideráveis no período. Comparando-se 1995 a 2014, na RMPA, essa medida permaneceu, praticamente, no mesmo nível, e, na RMSP, elevou-se levemente. A maior proporção de mulheres no segmento de baixos salários coadunou-se ao fato de estas apresentarem um risco relativo mais elevado que os homens de estarem nessa condição salarial. Além de serem maioria entre os trabalhadores de baixos salários, elas aumentaram o seu peso relativo nesse segmento, ao longo do período analisado.

## Referências

ASPLUND, R.; PERSSON, I. Low pay – a special affliction of women. In: GREGORY, M.; SALVERDA, W.; BAZEN, S. (Ed.). **Labour market inequalities** — problems and policies of low-wage employment in international perspective. Oxford: OUP, 2000. (P. 53-81).

BALTAR, P.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Org.) **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996. (P. 109-149).

BASTOS, R. Trabalhadores de baixos salários na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo preliminar. In: PICHLER, W. *et al.* (Org.) **Panorama socioeconômico e perspectivas da economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 2014. (P. 171-195).

BLAU, F.; KAHN, L. Women's work and wages. In: DARLAUF, S.; BLUME, L. (Ed.) **The new Palgrave dictionary of economics**. London: Palgrave Macmillan, 2008. (P. 758-772).

CARDOSO JÚNIOR, J. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 87-108, 2007.

COUTINHO, L.; BALTAR, P.; CAMARGO, F. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: POSTHUMA, A. (Org.) **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil** — políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília, DF: OIT; MTE, 1999. (P. 61-86).

FLIGENSPAN, F. Ganhos e perdas no mercado de trabalho no Real: uma revisão por posição na ocupação. In: DATHEIN, R. (Org.) **Desenvolvimento econômico brasileiro** — contribuições sobre o período pós-1990. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (P. 161-182).

FONTES, A.; PERO, V.; BERG, J. Low-paid employment in Brazil. **International Labour Review**, Geneva, v. 151, n. 3, p. 193-219, 2012.

GRAIG, C. *et al.* **Labour market structure, industrial organization and low pay**. Cambridge: CUP, 1982.

GREGORY, M. Gender and economic inequality. In: SALVERDA, W.; NOLAN, B.; SMEEDING, T. (Ed.) **The Oxford handbook of economic inequality**. Oxford: OUP, 2009. (P. 284-312).

GRIMSHAW, D. **What do we know about low-wage work and low-wage workers?** Geneva: ILO, 2011.

Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_157253.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_157253.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2011.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **Global wage report 2010/2011**. Geneva, 2010.

LEE, S.; SOBECK, K. Low-wage work: a global perspective. **International Labour Review**. Geneva, v. 151, n. 3, p. 141-155, 2012.

LUCIFORA, C. Wage inequalities and low pay: the role of labour market institutions. In: GREGORY, M.; SALVERDA, W.; BAZEN, S. (Ed.) **Labour market inequalities** — problems and policies of low-wage employment in international perspective. Oxford: OUP, 2000. (P. 9-34).

LUCIFORA, C.; SALVERDA, W. Low pay. In: SALVERDA, W.; NOLAN, B.; SMEEDING, T. (Ed.) **The Oxford handbook of economic inequality**. Oxford: OUP, 2009. (P. 257-283).

MASON, G.; SALVERDA, W. Low pay, working conditions, and living standards. In: GAUTIÉ, J.; SCHMITT, J. (Ed.) **Low-wage work in the wealthy world**. New York: Russell Sage Foundation, 2010. (P. 35-90).

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Earnings inequality, low-paid employment and earnings mobility. In: **OECD Employment Outlook 1996**. Paris, 1996. Disponível em: <<http://www.oecd.org/els/emp/2080543.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD Employment Outlook 2014**. Paris, 2014. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1787/empl\\_outlook-2014-en](http://dx.doi.org/10.1787/empl_outlook-2014-en)>. Acesso em: 19 out. 2014.

RUBERY, J.; GRIMSHAW, D. **Minimum wage systems and changing industrial relations in Europe: comparative report**. Manchester: University of Manchester, 2012. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/265740286\\_Minimum\\_Wage\\_Systems\\_and\\_Changing\\_Industrial\\_Relations\\_in\\_Europe\\_Comparative\\_Report](https://www.researchgate.net/publication/265740286_Minimum_Wage_Systems_and_Changing_Industrial_Relations_in_Europe_Comparative_Report)>. Acesso em: 31 dez. 2015.

TONI, M. Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão de tendência no período recente? In: BASTOS, R. (Coord.) **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007. (P.17-79).